

CASA DE FERREIRO, PAU DE ARARA: A REPRESSÃO DENTRO DO EXÉRCITO E AS NARRATIVAS DA DITADURA

BLACKSMITH'S HOUSE, "PAU DE ARARA": THE REPRESSION WITHIN THE ARMY AND THE NARRATIVES OF THE DICTATORSHIP

CASA DEL HERRERO, PAU DE ARARA: REPRESIÓN DENTRO DEL EJÉRCITO Y NARRATIVAS DE LA DICTADURA

Bruno Almeida Silva*

Resumo: Este artigo constitui-se a partir de um depoimento coletado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), no ano de 2013, em busca de compreender o discurso elaborado pelos militares torturados, perseguidos e expurgados do Exército Brasileiro durante a ditadura militar (1964-1985). A narrativa de um ex-militar vem ao encontro dos questionamentos sobre a existência ou não de uma ditadura de duas décadas no Brasil e suas consequências. Pouco colocada em debate, a ação dos militares dissidentes, que questionaram o golpe e se opuseram a ele, está presente na narrativa analisada, que servirá de pano de fundo para esse trabalho, o qual tem como fonte principal o depoimento do capitão Darcy Rodrigues.

Palavras-chave: Ditadura. Repressão. Tortura.

Abstract: This article is based on a testimony collected by the National Truth Commission (CNV), in 2013, seeking to understand the discourse elaborated by the tortured, persecuted and purged soldiers of the Brazilian Army during the military dictatorship (1964-1985). The narrative of an ex-soldier meets the questions about the existence or not of a two-decade-old dictatorship in Brazil and its consequences. Little put into debate, the action of the dissident military, who questioned the coup and opposed it, is present in the analyzed narrative, which will serve as a backdrop for this work, whose main source is the testimony of Captain Darcy Rodrigues.

Keywords: Dictatorship. Repression. Torture.

Resumen: Este artículo se basa en una declaración recopilada por la Comisión Nacional de la Verdad (CNV), en 2013, en un intento de comprender el discurso elaborado por los soldados torturados, perseguidos y depurados del Ejército brasileño durante la dictadura militar (1964-1985). La narrativa de un exmilitar se enfrenta a interrogantes sobre la existencia o no de una dictadura de dos décadas en Brasil y sus consecuencias. Poco comentada, la actuación de los militares disidentes, que cuestionaron el golpe y se opusieron a él, está presente en la narrativa

analisada, que servirá de trasfondo para este trabalho, cuja principal fuente es el testimonio del capitán Darcy Rodrigues.

Palabras clave: Dictadura. Represión. Tortura.

Repressão no meio militar: Uma narrativa

A utilização de termos para definir fenômenos históricos é algo importante na compreensão e análise dos momentos de efervescência social. Observando os conflitos na História do Brasil recente, percebe-se que têm se constituído grupos sociais com o intuito de questionar as análises atribuídas sobre as violações que a *ditadura civil-militar brasileira*ⁱ (1964-1985) praticou durante o regime ditatorial. Tais grupos negam o golpe e defendem o regime instaurado na sequência deste. É extremamente importante trazer ao debate teórico quais os reflexos diretos da ditadura e suas consequências, pois só o conhecimento histórico pode garantir que a sociedade brasileira conheça as violações da ditadura e que essa memória não se apague com o passar dos anos.

Caracterizar o regime político inaugurado em 1964-85 como ditadura civil-militar leva a identificar certos traços gerais que o caracterizam como tal, tais como a censura, o autoritarismo, os sequestros e as execuções articuladas e aplicadas por agentes militares que se incorporaram como poder à frente de todo Estado brasileiro.

Para iniciar a reflexão sobre o termo ditadura, precisamos realizar ao menos duas perguntas importantes: como podemos definir uma ditadura? Quais características são comuns entre os regimes ditatoriais? Ao analisar o depoimento prestado por Darcy Rodriguesⁱⁱ para Comissão Nacional da Verdadeⁱⁱⁱ em 2013, podemos identificar um pequeno reflexo das ações práticas que tornam a violência característica fundamental das ditaduras e começar a responder os pontos centrais das perguntas:

Nós ficamos estacados no relento, durante aproximadamente 10, 11 dias. Então deitados, com as mãos e com as pernas abertas, com uma estaca em cada munheca e uma estaca em cada tornozelo. Ali nós tivemos chuva, sol, todas as intempéries e olha que o Vale do Ribeira^{iv} naquela época chovia todos os dias. Durante aproximadamente 11 dias nos deram somente uma refeição quente, em 10 dias e um café, e um café da manhã. Ou seja, quando o Vale caiu, estava pesando aproximadamente 63 quilos, quando eu cheguei na Argélia, eu estava com 51 quilos. Para ver a insanidade do tratamento. Eles me tiraram da estaca para colocar em um pau-de-arara improvisado e aí vai uma, vou falar o nome de um Sargento que nunca apareceu em lugar nenhum e que eu conheci profissionalmente, foi o Sargento Aramis, juntamente com o Major Oyama. (Darcy Rodrigues, p. 15)

A identificação de um sistema autoritário pode ser feita quando ele é mantido pelo uso da violência e da força, em caráter excepcional e totalmente ilegítimo. Essas características podem ser visualizadas quando uma pessoa ou um grupo em articulação impõe um projeto

político à sociedade utilizando a força. Quase sempre, personagens que se configuram como ditadores chegam ao poder por meio de um golpe, caracterizando a violência como motor para garantir sua estadia no poder e punir qualquer pessoa que questione sua autoridade.

Outro fator importante para compreender um sistema autoritário é a consolidação do silêncio como arma central, deixando a sociedade sem qualquer tipo de contato com as violências realizadas durante o regime, colocando as vítimas em total isolamento, estabelecendo o distanciamento como arma. Darcy é reflexo direto desse tipo de ação:

Eu permaneci durante 60 dias, 30 porque a sindicância tem uma duração de 30 dias, com possibilidade de duas prorrogações de 15 dias. Então terminado os 30 dias houve a primeira prorrogação, terminado a primeira prorrogação houve a segunda prorrogação. Então fiquei preso 60 dias incomunicável. (DARCY RODRIGUES, p.7)

Preso inicialmente por 60 dias, Darcy Rodrigues enfrentou um processo que se demonstrou característico do regime, no qual não existem prazos e muito menos uma resposta para as perguntas que podem ser realizadas. Darcy não foi um caso isolado, ele é reflexo da organização autoritária do regime, onde a busca constante de informações sobre presos políticos por seus familiares se torna uma ação sem respostas excluindo o direito à dignidade de uma busca.

No livro “Retratos da Repressão Política no Campo Brasil 1962-1985”, a autora Ana Carneiro (2010), transcreve um depoimento que demarca como eram as relações burocráticas de busca por desaparecidos.

Lembro como se fosse hoje. Tinha um corredor comprido e eu entrava naquele corredor e ele vinha de lá de dentro e eu ficava na porta, uma porta larga. Ele ficava do lado de dentro e eu do lado de fora. No dia 7 de setembro de 1964, seu marido ouviu a notícia de que João Alfredo havia sido libertado dias antes. A informação era de que ele teria sido solto no dia 28 de agosto. Mas não apareceu em casa. Ela dirigiu-se ao quartel e lá recebeu a confirmação: “Ele foi solto no dia 27”. No dia seguinte, retornou ao quartel: “Meu irmão não apareceu! Onde está meu irmão?” Nunca obteve a resposta. (CARNEIRO. 2010, p.85).

Podemos afirmar que a característica da ditadura na modernidade é a concentração total do poder e nenhum apreço pela ordem política que a antecede. Ditaduras carregam traços excepcionais, um dos mais marcantes é que são centralizadoras em todas as funções, sem ao menos pensar em compartilhar as atribuições do estado com a sociedade, onde não existe nenhuma abertura para o debate da estruturação política.

Darcy Rodrigues relata sobre o modo como a ditadura abordou sua primeira prisão – dentro deste processo podemos identificar que o regime se caracterizou também pelas

diferenças de tratamento que militares e grupos civis passaram durante abordagens no período da repressão, estabelecendo uma divisão nos processos de prisão:

(...)E daí descemos para a baixada santista, fiquei preso inicialmente na Fortaleza de Itaipu, quando eu tive o prazer de conhecer o Erasmo Dias. Posteriormente eu fui para um campo de concentração da base aérea em Itapema, ali era realmente um campo de concentração. O alojamento cercado com uma cerca de arame farpado com intervalo de 10 centímetros de um arame do outro, e uma metralhadora colocada numa caixa d'água, que tinha como campo de tiro os dois lados do alojamento.

Interlocutor não identificado – Só uma pergunta, nesse campo era só militares ou tinha civil também?

Sr. Darcy Rodrigues – Só militares. Os sargentos do exército ficaram com os suboficiais da aeronáutica e do outro lado ficaram os sargentos da aeronáutica. Então deveria ter a capacidade de mais ou menos umas 200 pessoas. Do lado dos sargentos da aeronáutica deveria ter aproximadamente 100 sargentos. Base Aérea de Itapema. (DARCY RODRIGUES, P.6)

Em sete de abril de 1964, portanto, logo após o golpe, Darcy Rodrigues foi preso sob suspeita de envolvimento subversivo. No mesmo período, já se tinha o número de 30 sargentos do exército presos, o que vem a provar que não era incomum membros das Forças Armadas envolvidos com ações consideradas subversivas e que poderiam acarretar na prisão. Fica evidenciado, que qualquer ação contrária que questione o regime é combatido imediatamente.

Algumas áreas sofreram diretamente as ações da ditadura: as áreas de comunicação e imprensa, o Legislativo – que já não podiam ser mais autônomos e se tornam submetidos ao poder central –, além outros espaços que sofreram diretamente as ações da ditadura, entre eles os partidos políticos de oposição, que tiveram sua extinção imediata.

Entre as justificativas para implantação do regime ditatorial estão declarações de que o regime seria um mal necessário, onde a ditadura estaria na busca constante de uma solução para sanar os males do país e impor a ordem no seio da sociedade. Contudo, se torna importante lembrar os exemplos que a História acabou trazendo sobre este regime, o qual se arrastou por 21 anos e se faz presente na memória do povo brasileiro.

As múltiplas formas de prisão são caracterizadas em conceitos e práticas diferentes. Ao analisar o depoimento do capitão Darcy Rodrigues, sobre essas relações, ele comenta:

Bom, então a clandestinidade é terrível, não é, porque você fica preso fora de casa. É uma prisão. Todo mundo acha estranho eu falar isso, mas é uma prisão. Só que é uma prisão diferente, é uma prisão fora do convívio, você fica isolado do mundo. (Darcy Rodrigues, p.12)

A prisão pode se diferenciar em diversos aspectos, de acordo com a localização do indivíduo no contexto. Darcy, vivendo uma luta constante contra ditadura militar, não só experienciou uma prisão física como vivia uma prisão ainda mais simbólica, aquela na qual não podia se movimentar e muito menos se manifestar perante a sociedade, onde era inexistente seu

lugar como cidadão, em que se tornou totalmente nula qualquer ação de reparação jurídica naquele momento.

As perseguições não ocorreram apenas durante a ditadura, mas se arrastaram por alguns anos depois do regime, já no processo de abertura para a democracia. As perseguições seguem ocorrendo firmemente contra aqueles que se opuseram, Darcy Rodrigues acaba vivenciando esses reflexos:

Eles me anistiam e no mesmo ato me trouxeram para as Forças Armadas e me aposentaram. Ato contínuo, me aposentaram.

Com um negócio que era para eu não sobreviver com a aposentadoria. Então eu fui aposentado com 9/30 avos do soldo de 2º Sargento. Ou seja, tinha que trabalhar.

E aí foi a luta de 80 até 82 eu não conseguia emprego. Inclusive eu falo, na biografia, que foi escrita pelo Pedroso, eu falo que fui pedir emprego até de Auxiliar de Serviços Gerais na rodoviária. E o Diretor administrativo falou: “Para você não tem serviço.” E eu não queria fazer nada extraordinário, queria sobreviver e queria dar sobrevivência para a minha família” (Darcy Rodrigues, P. 25-26)

Mesmo em processo de anistia, as relações de opressão ainda são fortes, as múltiplas violências que um perseguido sofre não são apenas a tortura, mas também as ações que conseguem humilhar e tratar o opositor como vencido. É retirada a dignidade do sujeito, onde a garantia mínima de trabalho não é possível. Não ter direito ao trabalho é viver à margem, o que se constitui em observar uma violência psicológica.

A maior dificuldade enfrentada por uma ditadura é a busca constante de legitimação, sendo que sua consolidação não vem apenas por meios autoritários e de coerção. No caso brasileiro, o êxito econômico que uma parcela da população logrou durante o regime foi fundamental para alicerçar sua legitimidade. Regimes autoritários pouco se manifestam em razões sociais, não se colocam para resolver os problemas das classes subordinadas, excluindo de vez as instrumentações da participação popular das classes trabalhadoras.

O AI-5 e o fortalecimento da repressão

O Ato Institucional nº 5^v, instalado durante o governo de Artur da Costa e Silva, em 13 de dezembro de 1968, mais conhecido como AI-5, é entendido como o mais duro expediente de repressão do regime militar. Marca o início de um período de fechamento ainda maior do regime e de máxima censura, cerceando as mídias em nível local e nacional, utilizando a tática de tortura como ação normal dentro do Estado. Ao mesmo tempo, o ato reforça a ideia de que a ditadura estava instalada e sem volta naquele momento.

O AI-5 foi o resultado final do planejamento autoritário, como defendem Lilia Schwarcz e Heloisa Starling: “O AI-5 era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância”. (2015, p. 230). Ainda dentro desse processo, é preciso entender que a função do AI-5 foi tentar, através de medidas legais, proteger a ditadura de qualquer manifestação contrária, como complementam Lilia e Heloisa “(...) O AI-5 fez parte de um conjunto de instrumentos e normas discricionárias, mas dotadas de valor legal, adaptadas e autoconferidas pelos militares”. (2015, p. 230).

O AI-5 conseguiu consolidar, de forma institucional, toda a perseguição aos *inimigos* do regime. Dentre as ações possibilitadas pelo AI-5, estava o fechamento do Congresso Nacional, dando total poder ao presidente para decretar estado de sítio pelo tempo que considerasse necessário, como ampliar funções do estado, demitir funcionários públicos, cassar mandatos, confiscar tudo que acreditasse suspeito e intervir na política dos estados e municípios. As torturas também foram um aspecto importante na configuração do AI-5.

As práticas de torturas foram comuns no percurso da ditadura, Darcy foi apenas um exemplo de quais seriam as consequências de se colocar contra o regime. A vivência de Darcy sob a ditadura foi um processo de perseguição constante em função do cargo que o mesmo ocupava, e ao mesmo tempo, tido como um traidor da instituição que ele tinha a obrigação de defender, o Exército.

Eu me lembro de um dia que ele girou com tanta força o magneto que quebrou o magneto. Magneto é aquela maquininha de dar choque. Aí o Albernaz falou: “E agora?” Ele falou: “Não, vamos dar choque de parede nele.” O que é choque de parede? Por um fio na tomada. Aí o Albernaz falou: “Mas o choque direto assim queima, vai queimar e deixar...” Ele falou: “Não, põe um algodão molhado. Que aumenta a amperagem e não queima.” Mas mesmo assim eu tenho várias partes do corpo que tem cicatrizes fundas, não é, de pedaços de carne que caiu. E aí puseram lá o fio na tal de tomada e começaram a dar choque. (Darcy Rodrigues, p.20)

As acusações durante um processo de tortura são frequentes, principalmente quando existe a necessidade de se acusar ou descobrir qualquer informação que seja necessária para conseguir prender o máximo de opositores. Esse processo de tortura, baseado em uma suposição, reflete como qualquer motivo poderia ser uma sentença de morte durante o AI-5.

É importante também entender que o processo de institucionalização do AI-5 não vem sem manifestações contrárias. O ano de 1968 se tornou um ano de mobilização constante, com a participação ativa do movimento estudantil, sendo notícia o assassinato do estudante Edson Luís^{vi}, que foi executado pela polícia em um protesto realizado no estado do Rio de

Janeiro. Este incidente teve grande repercussão nacional e foi amplamente noticiado, gerando protestos estudantis por todo o país.

Com a promulgação do AI-5, tais protestos passam a ser duramente reprimidos e sua divulgação é amplamente censurada. Um dos exemplos é a celebração de uma missa na Catedral da Sé, em São Paulo, em homenagem ao estudante de Geologia Alexandre Vannucchi Leme, morto pelo Exército em 1973, conforme coloca Angélica Muller:

A realização da missa na Catedral da Sé, em 30 de março, contou com a participação de 25 sacerdotes e em torno de 5 mil pessoas, em sua grande maioria estudantes. Era a primeira grande manifestação pública dos tempos sombrios do regime. O aparato militar, enorme, contava com uma metralhadora de frente para a Catedral e câmaras da TV Gazeta que filmavam, rosto a rosto, aqueles que se faziam presentes, com o 'pretexto de transmitir a missa'. (...) A mídia estava censurada e não podia noticiar eventos dessa natureza (diferentemente do que ocorreu no período anterior, quando a morte de Edson Luís foi noticiada em âmbito nacional). Mas, se a notícia da celebração da Sé não foi conhecida pela grande massa da população, o mesmo não ocorreu no que se refere à sua circulação pelas universidades em todo país. (MULLER, 2011, p. 175)

Ou seja, embora não fossem feitos atos diretos contra o regime, em função da grande repressão do período, tais atos de resistência tiveram uma grande importância simbólica nos ambientes onde foi possível sua circulação e divulgação.

A implementação do AI-5, como forma de controle do Estado, de todos os seus aparelhos e da sociedade em geral, decorre de um ponto extremamente importante, do qual pouco se fala: o deputado, Márcio Moreira Alves^{vii}, do MDB, partido de oposição à ditadura militar, proferiu, na tribuna comentários ferozes ao regime militar, por onde acabou em motivar a instalação do AI-5 com maior celeridade ainda, como é comentado por Carlos Alberto Fontoura no livro organizado por Celso Castro:

Foi um período essencialmente ditatorial. Já havia uma série de razões pelas quais o governo estava sendo acutilado por todos lados, culminando com o discurso do sr. Márcio Moreira Alves, altamente ofensivo às Forças Armadas. E aí houve uma reação generalizada das três Forças em todo o país. Porque o governo não é senhor de si. Ele governa "em nome de". O Costa e Silva não queria assinar o AI-5. Tenho certeza absoluta disso, pois ele cansou de me dizer. [...]

Relutou até a última hora. Eu estava em Porto Alegre em dezembro de 1968, como chefe do Estado-Maior do Exército, e telefonei ao Médici, que era meu amigo e chefe do SNI: "Médici, está difícil conter a tropa - "tropa" era como designamos os chefes da área. Daqui a pouco vamos ter indisciplina, coisas mais graves. Não sei no que vai dar." Diz ele: "Não, Fontoura, espere. Vai haver alguma medida. Tenham um pouco de paciência". Realmente, dois ou três dias depois veio o AI-5. Havia uma pressão muito grande das Forças Armadas nessa direção. (FONTOURA, 1994, p. 81)

O governo não queria deixar de controlar qualquer situação referente às críticas recebidas, fossem elas de dentro ou de fora. Assim, pode-se entender que o AI-5 é como uma resposta que o regime passava para todas as ações empreendidas pela oposição, sendo

necessário o total controle destas ações, como também o endurecimento no combate às atividades consideradas subversivas.

O AI-5 tem seu término após dez anos – sua revogação ocorreu apenas durante o governo de Ernesto Geisel. Contudo, o Brasil ainda vivia dentro do regime militar. A maior justificativa que o regime utilizou foi a necessidade de solucionar as crises sociais que assolavam a nação, como também o controle da ameaça da instauração de uma ditadura comunista que estava crescendo em todo território, como afirma Carlos Fico:

Penso que só o estudo conjunto dos pilares básicos da repressão (espionagem, polícia política, censura da imprensa, censura de diversões públicas, propaganda política e julgamento sumário de supostos corruptos) permite compreender que, a partir de 1964, gestou-se um projeto repressivo global, fundamentado na perspectiva da "utopia autoritária", segundo a qual seria possível eliminar o comunismo, a "subversão", a corrupção etc. que impediriam a caminhada do Brasil rumo ao seu destino de "país do futuro". (Fico, 2004, p.20)

Compreende-se, portanto, que as ações repressivas no regime militar não só ocorreram como tiveram aparatos para consolidá-las e revesti-las de legalidade, institucionalizando medidas de violação aos direitos humanos.

Afinal, existiu ou não ditadura?

Ao chegar à parte final do artigo, é importante comentar a motivação que levou à construção deste trabalho. O ano de 2018 no Brasil foi marcado pela corrida presidencial e o discurso dos candidatos que foram para o segundo turno daquela eleição se fundamentou no debate sobre os fatos ocorridos durante a ditadura civil-militar brasileira. De um lado, disputava Fernando Haddad, candidato do PT (Partido dos Trabalhadores), partido que governou o país durante 14 anos, tendo como presidentes um ex-sindicalista e uma ex-estudante presos e torturados pela ditadura, representava o discurso que se opunha ao regime militar. Do outro lado, Jair Bolsonaro, candidato pelo PSL (Partido Social Liberal), então deputado federal pelo Rio de Janeiro, proferia uma retórica de campanha que fazia referências à aprovação de medidas tomadas durante a ditadura civil-militar, tais como maior controle das práticas políticas exercidas por grupos populares, rememoração do golpe e aplausos para agentes condenados por tortura, incluindo o torturador da presidenta Dilma Rousseff, que havia estado à frente do poder executivo federal entre 2010 e 2016.

O cenário de manifestações acerca das eleições nos reportou à conjuntura política da ditadura militar. O discurso dos defensores da ditadura civil-militar ficou tão inflamado que influenciava, direta ou indiretamente, a liberdade de expressão e de opinião na sociedade.

Àquela altura, quem se expressasse em defesa dos direitos humanos, por exemplo, era taxado de esquerdista, comunista e vagabundo. A polarização política, que crescia desde a deposição da presidenta em 2016, atingiu o seu auge naquela eleição: o eixo político foi deslocado de tal maneira que opiniões tradicionalmente situadas “ao centro” passaram a ser caracterizadas como “de esquerda”.

Os anseios de uma parcela de brasileiros em 2018, quanto à memória predominantemente favorável às ações realizadas pelos militares a partir de 1964, consolida a necessidade de busca por documentação que retire toda e qualquer dúvida sobre os fatos ocorridos durante o regime ditatorial. Levantar as ações que abarcam o conceito de ditadura é trazer à evidência todo o obscurantismo sobre esse passado mal resolvido deste país.

É interessante notar, também, que cada ditadura, no que se refere à América do Sul, adota formas diferentes de aplicar a violência contra sua população, onde as modalidades de tortura, perseguição e morte variam pela questão geográfica, política e econômica. O Brasil acabou construindo uma modalidade focalizada em uma versão do terrorismo psicológico sobre a vítima, não deixando escapatória para levantar forças e conseguir se colocar de forma direta contra o regime.

Utilizar o depoimento coletado pela Comissão Nacional da Verdade e, principalmente, utilizar um personagem militar que foi perseguido, se torna uma necessidade da atualidade, visto que está em curso a elaboração de uma narrativa de que não existiu uma ditadura militar e que, no caso desta ter ocorrido, ela teria sido branda. Tal narrativa fica completamente inverossímil se considerarmos o que foi disposto neste trabalho, no qual foram analisadas as memórias e a história do capitão Darcy Rodrigues, preso, torturado e expurgado.

A natureza do regime fica clara quando a ditadura não expressa receio em utilizar o uso da força para garantir sua legitimidade, conseguindo controlar tanto os movimentos de oposição quanto a subordinação da população pelo simples medo de se colocar contra qualquer ação de autoritarismo aplicada pelo regime, ainda que esta implique na retirada ou na violação dos direitos humanos dos indivíduos.

Em outras palavras: houve ditadura. E este é um fato histórico que deve ser evidenciado e divulgado na sociedade brasileira para que o estado democrático de direito possa finalmente se consolidar neste país.

Referências

ALVES, Laci Maria Araújo. *Igreja Católica: imaginário, ditadura e movimentos sociais*. Caderno Espaço Feminino, v. 26, n. 2, 2014.

BECHARA, Gabriela Natacha; RODRIGUES, Horácio Wanderlei. Ditadura militar, atos institucionais e Poder Judiciário. *Justiça do Direito, Passo Fundo*, v. 29, n. 3, p. 587-605, 2015.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985: camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), 2010.

CASTRO, Celso et al. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. 1994.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista brasileira de história*, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Rio de Janeiro.

LOULA, Maria; CUNHA, Paulo; RODRIGUES, Darcy. DEPOENTE: DARCY RODRIGUES Categoria do depoente: Vítima militar, capitão Local: São Paulo Responsáveis pela tomada de depoimento: TOMADA DE TESTEMUNHO (transcrição). [s.l.]: , 2013. Disponível em:
<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/Darcy_Rodrigues_-_Completo.pdf>.

MÜLLER, Angélica. "Você me prende vivo, eu escapo morto": a comemoração da morte de estudantes na resistência contra o regime militar. *Revista Brasileira de História*, v. 31, n. 61, p. 167-184, 2011.

NETO, Odilon Caldeira. *Memória e justiça: o negacionismo e a falsificação da história*. *Antíteses*, v. 2, n. 4, p. 1097-1123, 2009. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia: Com novo pós-escrito*. Editora Companhia das Letras, 2015.

Recebido: 08/03/2021

Aceito: 18/07/2021

Publicado: 25/08/2021

* Mestrando em História pela Universidade de Passo Fundo, Bolsista FUPF. <https://orcid.org/0000-0002-4776-6113>

ⁱ A utilização do conceito “ditadura civil-militar” é justificada pela participação da classe média brasileira na sustentação do golpe e no subsequente conglomerado de trocas, em que o papel fundamental da elite foi mobilizar o apoio dessa parcela da sociedade para garantir os processos de negócios do governo militar. O conceito se baseia no artigo “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”, do professor Carlos Fico (2004).

ⁱⁱ Militar brasileiro, perseguido e torturado pela ditadura civil-militar brasileira, e capitão da reserva.

Comissão Nacional da Verdade (CNV), que atuou de 2012 até 2014 e levantou vários casos e depoimentos de prisões, tortura e expurgo de militares que antagonizaram o regime.

^{iv} Durante dois meses em 1970, o Vale do Ribeira, interior paulista, foi cenário de perseguições, emboscadas, fugas, tiroteios, prisões, torturas e uma execução.

^v Para compreender a constituição dos Atos Institucionais, ver mais em Rodrigues (2015).

^{vi} Edson Luís de Lima Souto (1950 - 1968), estudante secundarista, assassinado por policiais militares durante um confronto no restaurante Calabouço no Rio de Janeiro. Seu assassinato marcou o início de um ano turbulento contra o regime militar que ficou mais intenso até a publicação do AI-5.

^{vii} Iniciou sua carreira como repórter no Correio da Manhã. Adversário do governo João Goulart, inicialmente apoiou o golpe de 1964, tornando-se seu opositor a partir da edição do primeiro Ato Institucional em abril. Foi eleito deputado federal em 1966, realizando denúncias contra as torturas que oposicionistas sofriam, ficou conhecido pelo homem que provocou o AI5.